

MARX, KARL. A chamada acumulação primitiva. MARX, Karl. *O Capital: para a crítica da economia política. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885.*

Amalia Catharina Santos Cruz¹

A presente resenha tem como objetivo abordar o capítulo XXIV, do livro I, volume II, de *O Capital*, de Karl Marx. Entendemos que não é uma tarefa fácil, porém diante da atual conjuntura, cabe-nos compreender *O segredo da acumulação primitiva*. Ressaltamos, que já no capítulo XXIII *A lei geral da acumulação primitiva*, Marx expõe como se desenvolveu o processo de acumulação no modo de produção capitalista, a partir da centralização e concentração da riqueza.

No capítulo XXIV, ele desnuda o “segredo” da acumulação primitiva, demonstrando os nexos e as relações que são necessárias para que tal desenvolvimento acontecesse. O capítulo está dividido em: 1. O segredo da acumulação primitiva; 2. Expropriação dos camponeses; 3) Legislação sanguinária contra os expropriados, a partir do século XV. Leis para rebaixar os salários; 4. Gênese do arrendatário capitalista; 5) Repercussões da revolução agrícola na indústria, formação do mercado interno para o capital industrial; 6) Gênese do capitalista industrial e; 7) Tendência histórica da acumulação capitalista.

Observamos a densidade e atualidade deste capítulo, principalmente ao abordarmos a relação entre a terra, o camponês e o capital. Esta relação é histórica e, o que se mostra na aparência como segredo, traz na essência, a questão da propriedade privada dos meios de produção, na qual a terra torna-se primordial.

O autor apresenta argumentações considerando autores da economia clássica como Ricardo e Smith, assim como, de diversos pensadores como Bancon, Morus, dentre outros. O contexto retratado é o europeu, com ênfase na Inglaterra e França, contudo, a apreciação maior é feita a partir da Inglaterra por essa ter sido o berço da revolução capitalista. O capítulo desenvolve-se a partir do conceito de mais-valia e mercadoria para assim desnudar a acumulação primitiva.

Percebemos a importância da história como matriz científica, pois Marx recorre a esta para exemplificar suas análises a partir de fatos, como os sistemas que antecederam o capitalismo. Abarca também o aspecto religioso, demonstrando a relação das várias “igrejas” com o capitalismo.

Ainda, mostra-nos como nos antigos regimes, cada qual a sua maneira, usurpavam os meios de produção da vida, intensificando a pauperização da população, tendo no primeiro momento a terra como questão central para o estabelecimento dos meios de produção e tudo o que nela havia, expropriando assim, milhares de pessoas das suas terras, criando mecanismos para garantir a concentração e centralização da riqueza nas mãos de poucos.

O autor afirma que “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela.”

(MARX, 2013, p. 836). Portanto, inferimos que a sociedade capitalista surgiu no bojo da sociedade feudal e a partir do seu desenvolvimento suplantou a velha ordem. Para isso, uma nova dinâmica foi implementada, como demonstra Marx, os camponeses foram expulsos das suas terras, as terras comunais foram apropriadas privadamente, estabelecendo assim novas configurações para o trabalho, que ainda estava na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

Demonstra também como o arcabouço jurídico que estava nascendo já garantia o direito de posse das terras, assegurando, portanto, o direito à propriedade e aqueles que não tivessem a propriedade da terra, por exemplo, teriam a propriedade do seu corpo para se oferecer ao mercado como força de trabalho. A partir dessa relação, o determinante dessa mercadoria, que é diferenciada, será o tempo de trabalho.

Ressaltamos que o trabalhador recebe o salário (na forma simbólica dinheiro) como pagamento pelo trabalho executado. Porém, Marx aponta que o trabalhador doa ao proprietário dos meios de produção um tempo a mais, considerando a relação tempo de trabalho *versus* salário, pois o segredo da acumulação está no processo de extração da mais-valia.

O autor explicita como a reforma protestante foi um duro golpe na igreja católica, atingindo duramente os trabalhadores. Vejamos o seguinte excerto,

À época da reforma, a igreja católica era proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos conventos etc. enxotou os habitantes de suas terras, os quais passaram a engrossar o proletariado. Os bens eclesiásticos foram amplamente doados a vorazes favoritos da Corte ou vendidos a preço ridículo a especuladores, agricultores ou burgueses, que expulsaram em massa os velhos moradores hereditários e fundiram seus sítios. (MARX, 2013, p.843).

Portanto, os camponeses foram sendo violentamente expulsos das suas terras, sendo obrigados a encontrarem outros lugares para morar, em condições extremamente pauperizadas e insalubres. Essa massa de trabalhadores, que forma o exército de reserva, termo utilizado por Marx, passa a procurar sobrevivência em qualquer lugar e sob quaisquer condições. Há relatos de aldeias e vilas, que foram saqueadas e destruídas.

Em certa parte do texto o autor afirma que a humanidade estava saindo da idade do ouro e indo para a idade do ferro, demonstrando que as fábricas e as cidades eram os novos locais de trabalho e moradia. Para isso, a aliança entre a aristocracia das terras com a incipiente bancocracia, foi importante para transformar a terra em mais uma mercadoria, que precisava de novos incrementos. A concentração da propriedade comunal na mão dos capitalistas burgueses pauperizou ainda mais a população, levando-a a concentrar-se nas cidades.

Os ideais de crescimento da nação partiam da compreensão que era necessário manter a pobreza, pois assim os capitalistas teriam mais trabalhadores à sua disposição para a execução do trabalho e extração da mais-valia. Ou seja, concentração e centralização da riqueza na mão de poucos, gerando a acumulação de capital. Para tal, foi pensado no quanto de comida o trabalhador precisava para desenvolver o trabalho e essa “preocupação” revela-se na forma salário. Afirma o autor, que no século XIX, a ligação entre agricultura e terra comunal fora esquecida.

Conclusão

Ao analisarmos o capítulo XXIV. A chamada acumulação primitiva, percebemos o quão é atual e necessário entendermos a acumulação capitalista, aliada à concentração e centralização dos meios de produção e reprodução da vida. O quanto a questão da terra foi central para o desenvolvimento da acumulação primitiva, assim como, a expulsão dos camponeses das suas terras e expropriação destas. Isso forneceu ao capitalismo, segundo Marx “o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direito” (2013, p.855). O que significa também a pauperização da população.

Observamos durante todo o capítulo que, Marx demonstra a relação entre propriedade privada dos meios de produção, força de trabalho e mais-valia, considerando a luta de classes entre proprietários dos meios de produção (burgueses capitalistas) e os que somente têm a força de trabalho para vender (proletários). E o que na aparência é um “segredo”, pois Marx o desvenda com bastante ironia, desnudando assim sua essência, que o segredo da acumulação na verdade está na concentração da propriedade privada. E como no sistema capitalista tudo é mercadoria, a mais preciosa é a mercadoria força de trabalho, que é vendida pelos trabalhadores, pelo sistema de assalariamento, tendo como forma simbólica a forma dinheiro. O que vai diferenciar o valor das mercadorias é a quantidade de tempo de trabalho dispensada pelo trabalhador para produzir determinada “coisa” e dentro das relações capitalistas o trabalhador “doa” tempo de trabalho ao capitalista, sendo este convertido em mais-valia.

No contexto brasileiro, observamos o avanço do agronegócio como o modo fenomênico que o capitalismo se expressa no campo. Contudo, salientamos que o Brasil está longe de ter feito uma reforma agrária, pelo contrário, entendemos que no atual padrão de acumulação do capitalismo está havendo um acirramento da luta no campo para manter a acumulação capitalista. O país ainda tem na questão da terra um ponto nevrálgico para o capitalismo, pois a expansão desse traz maior concentração e centralização do capital na mão de poucos, ocasionando as migrações tanto do capital, quanto dos trabalhadores para os locais aonde existam trabalho.

Encontramos na tradição marxiana, autores que dialogam com essa obra e temática, como é o caso de Silver e Harvey², por exemplo, quando ambos trazem a questão da expansão capitalista, a partir do tempo/espaço geográfico, como uma necessidade imperiosa do capital na tentativa de manter-se hegemônico. A procura de novos e rentáveis mercados, assim como, a manutenção de um exército de reserva são as formas que o sistema tenta criar pra enfrentar a crise que vem desde a sua infância.

Por fim, concluímos com a seguinte afirmação “Antes, houve a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; hoje, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (MARX, 2013, p. 885). O que traduz o atual estágio do capitalismo e necessária luta dos trabalhadores para suplantar a sociedade de classes para outra sem classes.

Notas:

¹ Doutoranda em Educação pelo PPGE/UFSC (2016). É membro dos grupos de pesquisa LEPEL/UNEB, TMT/UFSC e GEPEFA/UNEB. Email: amalia.cruz@yahoo.com.br

² HARVEY, D. *O novo imperialismo*. SP: Edições Loyola, 2013. SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.